

Amc

O mundo por modelo

Seja por obra do acaso ou outro fator de ajuda, as decisões do capítulo da Ordem Econômica, pela Constituinte, se desenrolam numa fase de grandes exemplos do mundo, quanto ao papel do Estado sob governos modernos.

Temos mencionado como nações sob sistema socialista e capitalista, quer em seu sentido clássico, quer em flexíveis módulos do liberalismo econômico, aceleram a transferência para a iniciativa privada e ao estímulo aos investimentos aquilo que divide um povo pela estatização.

O Brasil mesmo atravessa a conjunção de crises pelos efeitos do excesso do domínio do Estado, já contaminando desde o aspecto político ao econômico e, por lógico despejo, o social.

Por isso, afóra alguns pontos polêmicos, o recurso proposto pelo Executivo de corrigir a ganância oficial pelo incremento da empresa privada merece completa isenção de ânimo das classes decisórias, a fim de recolocar a sociedade nacional num ca-

minho de alívios e, também, de fortalecer seu talento para negócios e empregos.

Não se iludam os legisladores que insistirem nas velhas e gastas teclas xenófobas. Por seu potencial de riquezas naturais o Brasil desperta para compor sua riqueza humana, melhor distribuída. Tem de ficar para trás o tipo de regime de arbitrio, ou da sequela de um arbitrio Executivo projetar-nos no arbitrio Legislativo. Ninguém se esqueça de que o postulado popular se definiu pela busca do equilíbrio de poderes e, para isso, no próprio meio do Congresso e da Constituinte contam-se figuras de valor e espírito capazes de fazer hoje o que nos servirá amanhã.

Apesar do tumulto e do atropelo herdado do arbitrio — nem só o do chamado regime militarista mas de anteriores, sem o necessário abandono — precipitaram-se os descompassos administrativos. Teorias valeram mais do que práticas. Mas sobra uma lição indescartável: a de que o Brasil se vê num dilema supremo, o de

substituir seu destino de País dominado por País governado — ou perde uma das mais importantes oportunidades históricas.

Já que se fala em progresso e avanços, que timbrem uns e outros com a evidência realista. O certo é que nos compete a todos, como cidadãos de uma só Pátria, elegê-la para os privilégios comuns advindos das graças divinas ao invés de ir-se assistindo ao espetáculo corruptor dos escândalos, dos quais aqueles privilégios se devassam como furtos, roubos e peculatos de indivíduos.

Operem bons negócios para o Brasil e chega dos que, à custa do Brasil, fazem apenas, bons negócios particulares. O capítulo da Ordem Econômica precisa ser escrito sob inspiração nacional, isenta dos arroubos de nacionalismo faccioso, esse que ilude a luta pela afirmação dos interesses nacionais. O exame sincero das crises que nos atormentam esclarece a verdade do que houve para que se previna a verdade do que haverá.